

sãojudas›



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
SERVIÇOS PENAIS**

**Universidade São Judas
Tadeu**

São Paulo, 2022.

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade São Judas Tadeu foi oficialmente reconhecida pela Portaria Ministerial n.º 264, de 4 de maio de 1989 e publicada no DOU de 5 de maio de 1989. Mantida pela sociedade civil, AMC Serviços Educacionais, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.045.772/0001-52, com sede na Rua Taquari, n.º 546, andar 3, bairro da Mooca, na cidade de São Paulo - SP, CEP: 03166-000, a IES está localizada no mesmo prédio da mantenedora.

As Faculdades São Judas Tadeu surgiram no ano de 1971, no bairro da Mooca. Tratava-se de iniciativa ousada, que privilegiava o atendimento à população do Bairro e da Zona Leste, voltada para cursos de pronta colocação no mercado, contemplando as áreas de Contabilidade e Administração. O empreendimento direcionava-se para a nova realidade do País, presidido então pela demanda de tecnocratas, distanciando-se do modelo convencional bacharelesco de saber enciclopédico, suplantado pela rapidez das transformações de toda ordem. Inscrevia-se na nova perspectiva do ensino superior, definida a partir das mudanças geradas pela sociedade industrial, pelas atividades produtivas cada vez mais complexas e, sobretudo, pelos avanços da informática. Preocupada com a investigação científica em grande parte articulada com as necessidades técnicas da industrialização, identificava-se com o processo de mudança sociocultural que caracterizava a sociedade brasileira. Em 1989, ao transformar-se na Universidade São Judas Tadeu, vinha ao encontro da necessária democratização do ensino superior, um direito do cidadão, com vistas à sua qualificação profissional.

Situada no município de São Paulo, a Universidade São Judas Tadeu (USJT) contava com cinco unidades até 2018:

1. Unidade Mooca (sede): Rua Taquari, n.º 546 - distrito da Mooca
2. Unidade Butantã: Av. Vital Brasil, n.º 1000 - distrito do Butantã
3. Unidade Paulista: Av. Angélica, n.º 2565 - distrito da Bela Vista
4. Unidade Santo Amaro: Rua Alexandre Dumas, n.º 2016 - distrito de Santo Amaro
5. Unidade Jabaquara: Av. Jabaquara, n.º 1870 - distrito do Jabaquara

No ano de 2019 foram inauguradas mais três unidades:

6. Unidade Cubatão: Rua São Paulo, 328 - Vila Paulista
7. Unidade Santana: R. Voluntários da Pátria, 2624 - distrito de Santana
8. Unidade Vila Leopoldina: Av. Imperatriz Leopoldina, n. ° 112/184 - Vila Leopoldina

A localização da instituição na maior concentração urbana e produtiva do Brasil aponta perspectivas de inserção regional muito amplas.

Contudo, é certo, também, que o impacto das ações institucionais, em seu sentido maior, é muito mais presente e imediato nas áreas geograficamente mais próximas da instituição. Embora a atuação da Universidade vá muito além das circunscrições políticas e administrativas estabelecidas pela Prefeitura Municipal, sua inserção histórica e, por consequência, seu desenvolvimento, ocorrem em regiões determinadas.

Atualmente a Universidade São Judas Tadeu faz parte do Grupo Anima Educação, um dos maiores em ensino superior no Brasil, com práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, respeito à pluralidade, valorização das pessoas e um compromisso: transformar o país pela educação.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Serviços Penais
Grau: Tecnólogo
Modalidade: Educação a Distância
Número de vagas: 100 vagas anuais
Ato autorizativo: Resolução N° 009, De 30 De Novembro De 2021
Duração do curso: 04 semestres
Prazo máximo para integralização do currículo: 07 semestres
Carga horária: 1.600 hora-relógio

3. PERFIL DO CURSO

3.1. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

O curso de graduação de Tecnólogo em Serviços Penais proporciona ao discente um conhecimento sólido, fortemente embasado em princípios éticos e científicos, bem como estimula o comprometimento com os problemas sociais e com a melhoria da qualidade de vida e da dignidade humana através da apresentação da postura democrática. O curso promove o desenvolvimento de competências para realizar a análise técnica de situações e de contextos específicos, considerando as condições conjunturais envolvidas e suas implicações culturais, econômicas e sociais, de forma a atuar em equipes multiprofissionais e em colaboração com profissionais de áreas afins.

O curso de graduação de Tecnólogo em Serviços Penais oferece uma oportunidade num campo em que há carência de formação específica em nível superior, visando os agentes ativos no aperfeiçoamento dos processos inerentes ao sistema carcerário, contribuindo, assim, para amenizar os efeitos criminalísticos na sociedade. Oferece uma capacitação ampla e humana, dos sujeitos que pretendem trabalhar na área da Serviços Penais, enfatizando um conhecimento de forma multi e pluridisciplinar.

Com base na complexidade da sociedade e do atual sistema penitenciário brasileiro, a formação deste curso torna-se estratégica e eficaz para os profissionais operadores do direito. Os servidores penitenciários devem ser capacitados para agir de forma criativa, inovadora e proativa, atuando de forma assertiva promovendo a qualidade de vida e a reintegração social do detento.

A oferta se justifica na medida em que a formação profissional, para além da natureza educativa, possui natureza social, cultural e, inclusive, econômica.

O desempenho de funções intrínsecas aos agentes especializados em serviços penais exige formação constante, na medida em que são responsáveis pelo gerenciamento de serviços penitenciários, bem como pela proposição de políticas públicas que promovam a melhoria da segurança e qualidade de vida nesses espaços. Estes profissionais devem desenvolver uma visão completa do imenso e intrincado sistema prisional brasileiro, com todos os seus defeitos e qualidades.

Dentre as principais atividades desempenhadas pelo tecnólogo em Serviços Penais, estão: a análise de riscos em prisões e penitenciárias; estratégias de contenção de crises; articulação de serviços de assistência social; desenvolvimento metodologias de reinserção social do preso; realização de perícia e avaliação técnica em serviços penais.

O curso se destina a pessoas interessadas a desenvolver, ampliar ou formalizar competências profissionais na área do curso. O mercado tem se comportado de maneira positiva na absorção de egressos do curso, que podem ocupar posições de trabalho nos setores público e privado, nas áreas de gestão penitenciária nos grandes centros urbanos, além de desenvolver projetos e análises em gestão de segurança.

Este curso forma profissionais aptos a gerenciar serviços penitenciários e pensar em soluções para os problemas que afligem presídios e cadeias por todo o país, contribuindo para a superação da superlotação, da reincidência, das condições de saúde precária dos presos e da falta de apoio da sociedade.

A formação estimula que o discente aprenda a lidar com a complexidade das situações-problema, com o risco e a incerteza típicos da sociedade contemporânea através de abordagens sócio-psicológicas. Os principais diferenciais do curso residem na articulação dos serviços correlatos para com a comunidade, a fim de promover a cultura de paz e o respeito aos Direitos Humanos, bem como a formação voltada para a interação com todas as partes envolvidas nos mais diferentes níveis do Sistema Penitenciário Brasileiro.

É nesse contexto descrito anteriormente que o curso de Serviços Penais da Universidade São Judas Tadeu estará inserido.

A oferta se justifica na medida em que a formação profissional, para além da natureza educativa, possui natureza social, cultural e, inclusive, econômica. No caso de Serviços Penais, a necessidade de formação se mostra extremamente importante, tanto pela exigência política e governamental, quanto por necessidade social, haja vista as constantes transformações sociais. A atuação em Serviços Penais exige formação constante tendo em vista que sua função é garantir a segurança dos cidadãos, sendo imprescindível a oferta de um serviço de qualidade, que assegure a observância dos direitos fundamentais (vida, liberdade etc.) de qualquer cidadão.

Portanto, investir na formação destes profissionais contribui para o reconhecimento, por parte da sociedade, de um esforço contínuo para a manutenção da eficácia e da qualidade dos serviços prestados à população.

4. FORMAS DE ACESSO

O acesso aos cursos superiores poderá ocorrer das seguintes formas: alunos calouros aprovados no vestibular, na seleção do Prouni ou usando a nota do Enem. Os cursos superiores são destinados aos alunos portadores de diploma de, no mínimo, ensino médio. A IES publicará o Edital do Vestibular, regulamentando o número de vagas ofertadas para cada um dos cursos, a data e o local das provas, o valor da taxa de inscrição, o período e o local de divulgação dos aprovados, além dos requisitos necessários para efetivação da matrícula. O edital contemplará também outras informações relevantes sobre os cursos e sobre a própria Instituição. Haverá, ainda, a possibilidade de Vestibular Agendado, processo seletivo em que o candidato poderá concorrer às vagas escolhendo a melhor data entre as várias oferecidas pela instituição.

O processo seletivo será constituído de uma prova de redação e de uma prova objetiva de conhecimentos gerais, composta por questões de múltipla escolha, nas áreas de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias; Ciências Humanas e Suas Tecnologias; Matemática e Suas Tecnologias; e Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias.

A prova de redação irá propor um tema atual a partir do qual serão verificadas as habilidades de produção de texto, raciocínio lógico, coerência textual, objetividade, adequação ao tema e aos objetivos da proposta, coerência, coesão, pertinência argumentativa, paragrafação, estruturação de frases, morfossintaxe, adequação do vocabulário, acentuação, ortografia e pontuação.

4.1. OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO

Na hipótese de vagas não preenchidas pelos processos seletivos, a Instituição poderá, mediante processo seletivo específico, aceitar a matrícula de portadores de diploma de curso de graduação, para a obtenção de novo título em curso de graduação preferencialmente de área compatível, nos termos da legislação em vigor.

4.2. MATRÍCULA POR TRANSFERÊNCIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), no artigo 49, prevê as transferências de alunos regulares, de uma para outra instituição de ensino, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo. De acordo com as normas internas, a Instituição, no limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, pode aceitar transferência de alunos, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou em curso afim, ou seja, da mesma área do conhecimento, proveniente de cursos autorizados ou reconhecidos, mantidos por instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, com as necessárias adaptações curriculares, em cada caso.

Todas essas diretrizes valem para o curso e serão objeto de comunicação com o ingressante, pelo site institucional ou por comunicação direta.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. OBJETIVO GERAL

Os objetivos do curso foram traçados considerando o perfil do egresso, especialmente os aspectos relacionados à trabalhabilidade, à matriz curricular e às características regionais, alinhadas às demandas atuais do mundo do trabalho, bem como uma formação profissional integral, calcada na abordagem de temas interdisciplinares e transversais.

Neste sentido, o curso de Serviços Penais tem por objetivo formar profissionais aptos a atuarem na definição de estratégias de prevenção e articulação com os serviços externos de assistência, que se traduzam em serviços de boa qualidade para a comunidade, a fim de diminuir os efeitos do aprisionamento, promovendo as condições necessárias para a reintegração social do apenado.

5.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Além do objetivo geral acima descrito, o curso conta ainda com os seguintes objetivos específicos que compreendem competências e especializações definidas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso para cada uma das unidades curriculares que compõem a matriz do curso, em alinhamento as normativas do curso. Esse conjunto de objetivos envolve:

- a) Formar profissionais aptos a gerenciar serviços penitenciários.
- b) Preparar o estudante para formular, propor e implementar políticas públicas que minimizem os riscos de confinamento.
- c) Capacitar o estudante para elaborar estratégias de prevenção e articulação com serviços externos de assistência social.
- d) Desenvolver no estudante a capacidade de planejar condições necessárias para a reintegração social do preso e de suas famílias.
- e) Desenvolver no estudante a capacidade de auxiliar na análise das normas do ordenamento jurídico em casos concretos, instrumentalizando os operadores jurídicos no estabelecimento de estratégias e na identificação de soluções lícitas.

- f) Proporcionar ao estudante uma formação apta que o permita dedicar-se à conciliação, à mediação e aos demais meios de prevenção e solução de conflitos, no âmbito extrajudicial.

Os objetivos supracitados estão diretamente relacionados às competências do perfil do egresso do curso, descrito na seção a seguir, expressas a partir do que é requerido na Resolução CNE/CP nº 3, de 18/12/2002, publicada no DOU em 23/12/2002, na Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006 que institui o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e nas legislações expedidas pelo Ministério da Educação, em especial, no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, na Portaria Normativa, nº 11, de 20 de junho de 2017 e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

6. PERFIL DO EGRESSO

Por perfil e competência profissional do egresso, entende-se:

Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações (BRASIL Inep, 2011, p. 22).

O perfil profissional do egresso é fruto das competências e habilidades expressas na Resolução CNE/CP nº 3, de 18/12/2002, publicada no DOU em 23/12/2002, na Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006 que institui o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e nas legislações expedidas pelo Ministério da Educação, em especial, no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, na Portaria Normativa, nº 11, de 20 de junho de 2017 e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, bem como atende as necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. O mapeamento deste perfil foi realizado através de uma metodologia específica que envolveu análise documental e entrevista com experts.

As seguintes fontes foram consideradas no mapeamento do perfil profissional do egresso:

- documentos normativos que regem o curso;
- documentos normativos de órgãos de classe que regem o curso, quando existente;
- portarias e/ou editais de avaliações externas do curso;
- publicações que apontam análise de tendências de mercado para os profissionais da área e/ou curso;
- mapeamento de competências internacionalmente aceitas, quando disponível;
- relatos de experts do curso.

As competências do perfil profissional do egresso do curso são classificadas em:

- **Competências gerais**, que são as competências selecionadas para serem desenvolvidas nos estudantes de todos os cursos, não importa a área de conhecimento.
- **Competências gerais da área**, são as competências que são comuns a serem desenvolvidas nos discentes da área do conhecimento na qual o curso está inserido;
- **Competências específicas** do curso, exclusivas do profissional a que se destina formar.

Portanto, as seguintes competências expressam o perfil profissional do egresso do curso:

a) Competências gerais:

- analisar e resolver problemas;
- trabalhar em equipe;
- atingir objetivos;
- adaptar-se a mudanças;
- aprender e autodesenvolver-se;
- comunicar-se oralmente e por escrito;
- cultura digital.

b) Competências gerais da área:

- LINGUAGEM JURÍDICA - Comunicar-se verbalmente e por escrito, bem como interpretar textos, atos e documentos jurídicos, com a devida utilização do vocabulário e normas jurídicas.
- PESQUISA JURÍDICA - Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito.
- PRÁTICA ÉTICA - Agir de forma justa, correta e tomando decisões adequadas aos seus valores e princípios.

c) Competências Específicas do Curso:

- GESTÃO DE SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS - Gerenciar serviços penitenciários.
- POLÍTICAS PÚBLICAS EM SERVIÇOS PENAIIS - Formular, propor e implementar políticas públicas que minimizem os riscos de confinamento.

- ARTICULAÇÃO COM ASSISTÊNCIA SOCIAL - Elaborar estratégias de prevenção e articulação com serviços externos de assistência social.
- REINTEGRAÇÃO SOCIAL - Planejar condições necessárias para a reintegração social do preso e de suas famílias.
- AUXILIO NA ANÁLISE JURÍDICA – Auxiliar na análise das normas do ordenamento jurídico em casos concretos, instrumentalizando os operadores jurídicos no estabelecimento de estratégias e na identificação de soluções lícitas.
- POSTURA PREVENTIVA E CONCILIADORA EXTRAJUDICIAL - Dedicar-se à conciliação, à mediação e aos demais meios de prevenção e solução de conflitos, no âmbito extrajudicial.

7. METODOLOGIAS DO ENSINO/APRENDIZAGEM

O currículo do Curso contempla novas ambientações e formas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. Em termos didático-metodológicos de abordagem do conhecimento, isso significa a adoção de metodologias que permitem aos estudantes o exercício interdisciplinar permanente do pensamento crítico, da resolução de problemas, da criatividade e da inovação, articulado a um itinerário de formação flexível e personalizado.

No contexto da matriz curricular estão também previstos projetos ou trabalhos interdisciplinares, que abrangem atividades de diagnóstico e de propostas de intervenção que extrapole os limites da escola. As atividades pedagógicas proporcionam inclusive o alinhamento às necessidades e aos desejos dos estudantes, auxiliando-os na definição dos objetivos profissionais e pessoais que buscam alcançar, valorizando suas experiências e conhecimentos através de uma reformulação do seu papel como sujeitos da aprendizagem, com foco no desenvolvimento de sua autonomia.

A metodologia de ensino coloca ênfase nas metodologias ativas de aprendizagem¹ estimulando a participação do estudante nas atividades em grupo ou individuais, considerando-o como sujeito social, não sendo possível o trabalho sem a análise das questões históricas, sociais e culturais de sua formação. Nesse contexto, em uma abordagem interacionista, o estudante é visto como um ser ativo para conhecer, analisar, aprender e, por fim, desenvolver-se como autor de sua aprendizagem.

Didaticamente, com a adoção das metodologias ativas o curso conquista uma maior eficiência na atividade educativa, deslocando-se o papel do educador como um mediador que favorece, de forma ativa e motivadora, o aprendizado do estudante crítico-reflexivo.

As metodologias ativas contribuem para o desenvolvimento das competências e das habilidades necessárias ao egresso do curso, estimulando o pensamento crítico-reflexivo, o autoconhecimento e a autoaprendizagem. Para isso, estão no escopo o uso de diversas metodologias ativas, como a sala de aula invertida (*flipped*

¹ O papel positivo que exercem nas formas de desenvolver o processo de aprender tem sido o maior impulsionador de sua proliferação nos ambientes educacionais e o motivo central que levou a IES à sua incorporação.

classroom), a instrução por pares (*peer instruction*), o PBL (*project based learning e problem based learning*), o *storytelling*, dentre outras de acordo com as especificidades do curso e das Unidades Curriculares, havendo inclusive capacitações e programas de treinamento para os educadores.

Em suma, a abordagem didático-metodológica, no conjunto das atividades acadêmicas do curso, favorece o aprimoramento da capacidade crítica dos estudantes, do pensar e do agir com autonomia, além de estimular o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em um processo permanente e dinâmico, estabelecendo a necessária conexão reflexiva sobre si e sobre a realidade circundante, em específico com temas contemporâneos, como ética, sustentabilidade e diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

Estão inclusas dentro dessas metodologias, o ensino híbrido (*blended learning*), abordagem metodológica na qual estudantes e educadores desenvolvem interações tanto no ambiente presencial como no ambiente online. Assim, as atividades presenciais são complementadas pelas atividades *online* e vice-versa, e os objetivos são alcançados com a interação efetiva entre as duas formas de ensino. Essa modalidade permite maior flexibilidade, interação e colaboração entre os estudantes, maior acessibilidade e interatividade na disponibilização de conteúdo. Com a constante evolução das tecnologias digitais, as atividades *online* envolvem tanto momentos síncronos - que são gravados para que o aluno se aproprie das discussões quantas vezes quiser e no momento que lhe for mais apropriado - quanto assíncronos, além de utilizarem recursos tecnológicos que dão dinamismo às aulas e atividades.

A instituição tem a inovação como um de seus pilares e a entende como um processo contínuo e de construção coletiva que se concretiza em um currículo vivo e em movimento que, com o apoio das tecnologias, busca integrar as experiências da formação profissional àquelas oriundas da relação com o mundo fora da escola.

Sendo assim, no currículo do curso, a hibridez é entendida como uma forma de traduzir um importante princípio do seu currículo que é a integração. Nos currículos integrados às Unidades Curriculares, provocam um movimento de cooperação profissional e de integração de pessoas e saberes, que refletem nas diferentes comunidades de aprendizagem, frequentadas pelos estudantes durante o seu

percurso formativo, aproximando a experiência acadêmica da realidade social e profissional.

Como recursos de ensino-aprendizagem são utilizadas as salas de aula virtual do Ulife, um dos muitos ambientes do ciberespaço e pode ser utilizada como ferramenta para aulas síncronas e assíncronas das Unidades Curriculares Digitais, cursos e projetos de extensão, realização e eventos, *workshops*, dentre outras. Nela, os objetos físicos dão lugar aos recursos educacionais digitais. Temos, ainda, a sala de aula invertida, ou *flipped classroom*, onde os alunos estudam previamente o material organizado e indicado pelo educador no ambiente digital virtual para dar continuidade a aprendizagem em ambiente físico, onde nesse momento o educador orienta, esclarece dúvidas e propõe atividades e debates acerca do tema estudado.

Como ferramenta de desenvolvimento da metodologia de ensino híbrido, o Ulife é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ou *Learning Management System* (LMS), desenvolvido pelo grupo Ânima Educação, que propicia ao aluno acessibilidade aos materiais didáticos por todos e a qualquer momento, bem como mobilidade através de smartphones, computadores, dentre outras formas, possibilitando interações e trocas entre estudantes e educadores, permitindo retorno por meio de ferramentas textuais e audiovisuais, além do incentivo a pesquisa e produção de conhecimento.

É premissa do Ulife ser uma ferramenta em constante evolução, que já conta com vários e importantes recursos para a vida estudantil, como o Portal de Vagas, em que o estudante encontra oportunidades de estágio e emprego em diversas áreas. O portal disponibiliza trilhas de conteúdo, artigos e atividades elaboradas especificamente para o desenvolvimento profissional. Consultores online de carreira auxiliam na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho, ao passo que uma área para a gestão de estágios acelera os processos necessários para a formalização dos contratos.

O Ulife é uma plataforma de ensino-aprendizagem, de acompanhamento da vida acadêmica e de planejamento da carreira profissional, que auxilia o estudante no decorrer de todo o seu percurso formativo, bem como na sua preparação para o mundo do trabalho.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

Para a elaboração dos conteúdos curriculares foram analisados diversos fundamentos teóricos, em que se considerou a preparação curricular e a análise da realidade operada com referenciais específicos. Os currículos integrados têm a Unidade Curricular (UC) como componente fundamental, organizadas em 4 eixos: **Formação Geral, Formação na Área, Formação Profissional e Formação Específica**, que se integram e se complementam, criando ambientes de aprendizagem que reúnem os estudantes sob variadas formas, conforme detalhado no percurso formativo do estudante. A partir da estruturação das **Unidades Curriculares**, são formadas “**comunidades de aprendizagens**”, cujos agrupamentos de estudantes se diversificam.

A flexibilidade do Currículo Integrado por Competências permite ao estudante transitar por diferentes comunidades de aprendizagem alinhadas aos seus respectivos eixos de formação. O percurso formativo é flexível, fluído, e ao final de cada unidade curricular o aluno atinge as competências de acordo com as metas de compreensão estudadas e vivenciadas ao longo do semestre.

Figura 1 – Comunidades de aprendizagem e diversidade de ambientes



Assim, durante o seu percurso formativo, o estudante desenvolve, de forma flexível e personalizada, conforme perfil do egresso, as competências, conhecimentos, habilidades e atitudes de trabalho em equipe, resolução de problemas, busca de informação, visão integrada e humanizada.

O itinerário é flexível, visto que as atividades extensionistas e as complementares de graduação possibilitam diferentes escolhas, assim como as outras atividades promovidas pela instituição. A organização do currículo, contempla os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e inclui, a articulação entre competências técnicas e socioemocionais, sendo este um dos grandes diferenciais do curso.

8.1. MATRIZ CURRICULAR

Curso: Serviços Penais					
Carga Horária Total: 1600 horas					
Tempo de Integralização (em semestres)			Mínimo:	4	Máximo: 7

Tipo	Denominação	CH Digital	Busca Ativa	Total CH	
Unidade Curricular	Core Curriculum	120	40	160	h
Unidade Curricular	Solução de Conflitos e trabalho com grupos	120	40	160	h
	Vida & Carreira	40	20	60	h

Tipo	Denominação	CH Digital	Busca Ativa	Total CH	
Unidade Curricular	Gestão de segurança pública	120	40	160	h
Unidade Curricular	Política criminal e criminologia contemporânea	120	40	160	h

Tipo	Denominação	CH Digital	Busca Ativa	Total CH	
Unidade Curricular	Segurança, polícia e estado de direito	120	40	160	h
Unidade Curricular	Teorias criminológicas	120	40	160	h

Tipo	Denominação	CH Digital	Busca Ativa	Total CH	
Unidade Curricular	O controle social e o direito penal	120	40	160	h
Unidade Curricular	Direito processual penal	120	40	160	h

RESUMO DOS COMPONENTES CURRICULARES				Total CH	
UNIDADES CURRICULARES				1.280	h
VIDA & CARREIRA				60	h
EXTENSÃO				160	h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES				100	h
CH TOTAL				1.600	h

8.2. BUSCA ATIVA

A prática pedagógica denominada “**busca ativa**” consiste em uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem na qual se busca o desenvolvimento de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes por meio de ações dos estudantes, **orientadas e supervisionadas pelos educadores das respectivas Unidades Curriculares**, com a finalidade de ampliar e problematizar a abordagem dos temas ministrados nos diversos ambientes de aprendizagem, trazendo à discussão novos elementos, promovendo uma reflexão crítica, ética e responsável sobre o tema e sobre o seu impacto na realidade de cada estudante e as possíveis respostas aos problemas da atualidade.

O estudante não é visto como um sujeito passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas sim como um **sujeito ativo**, incentivado a buscar outros pontos de vista e gerar suas significações, contribuindo para a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos construídos nas aulas.

Na prática, a busca ativa se concretiza por meio da pesquisa orientada em diversos tipos de formatos e linguagens, considerando a personalização do ensino, as individualidades dos estudantes e seus interesses, além da promoção da compreensão e da apropriação de linguagens, signos e códigos da área.

Com a busca ativa pretende-se despertar o interesse do estudante em relação aos temas propostos pelos educadores nas Unidades Curriculares, tornando-os mais independentes na busca do conhecimento, o que contribui inclusive com seu desenvolvimento profissional. Ao se tornar um hábito, a busca ativa perpetua o aprimoramento das competências, através da capacidade de seleção e identificação da relevância de um certo conteúdo a ser trabalhado.

Cabe aos educadores de cada Unidade Curricular propor as atividades acadêmicas relacionadas à busca ativa nos seus planos de aula, informando as diferentes possibilidades para o cumprimento da carga horária estabelecida para o curso e para a Unidade Curricular, com acompanhamento efetivo para fins de acompanhamento e avaliação.

Em consonância com a legislação supra, os projetos dos cursos fomentam a pesquisa

como metodologia de ensino- aprendizagem, por meio da **Busca Ativa** que engaja os estudantes na construção de suas aprendizagens, pelo trabalho de curadoria educacional, **orientada por projetos** cujos princípios norteadores são a pesquisa e a investigação ativa, além de fomentar a utilização dos recursos da plataforma Ulife (o ambiente virtual de aprendizagem da IES) em todas as suas funcionalidades.

Para a curadoria da Busca Ativa, o educador é o especialista na área de conhecimento da unidade curricular e conhece o planejamento em todos os seus pontos de articulação. Dessa forma, no desenvolvimento das aulas, realiza as conexões entre os tópicos e os recursos educacionais, provocando os estudantes a avançarem. Ao criar uma nova aula, o docente define os conceitos centrais, os objetivos de aprendizagem, as metodologias adotadas e o plano de avaliação ou sequência didática. Sendo possível, inclusive, definir e cadastrar as tarefas que os estudantes terão que desenvolver para acompanhar as aulas.

Os conteúdos da Busca Ativa são inseridos no Ulife, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional que visa à mediação tecnológica do processo de ensino-aprendizagem nos cursos.

8.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio é um ato educativo que oportuniza a preparação profissional por meio da vivência na área do curso em consonância com os conhecimentos adquiridos. É nele que o estudante poderá explorar seu potencial, desenvolver capacidades e competências importantes para sua formação profissional e aplicar seus conhecimentos na prática.

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei Nº 6.494/1977, atualmente é regulamentado pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, respeitadas as normas editadas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselhos de Profissão e, ainda, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

Conforme legislação supra, o estágio poderá ocorrer em duas modalidades: obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação dos documentos normativos que regem o curso, cuja distinção é apresentada a seguir:

- **Estágio supervisionado obrigatório** é aquele presente como componente curricular obrigatório na matriz curricular do curso e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma; e
- **Estágio supervisionado não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional e, por isso, não está presente na matriz curricular, não sendo um requisito para aprovação e obtenção do diploma. Deve, obrigatoriamente, compatibilizar-se com o horário escolar, não prejudicando as atividades acadêmicas do estudante conforme determina a Lei de Estágio.

As atividades do estágio supervisionado – obrigatório e não-obrigatório – devem estar necessariamente ligadas às competências do perfil do egresso do curso.

Para o curso de Serviços Penais não contamos com estágio obrigatório em sua matriz curricular, em conformidade com as normativas e regulamentações do curso. Dessa forma, o estágio supervisionado não-obrigatório é opcional e proporciona ao aluno o desenvolvimento de atividades pré-profissionais de vivenciar situações práticas de trabalho. Os estudantes do curso são incentivados a participar de atividades de estágio não-obrigatório, visando à articulação da teoria com a prática e o diálogo entre o mundo acadêmico e o profissional, permitindo ao estagiário refletir, sistematizar e testar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como aprofundar conhecimentos, habilidades e atitudes em suas áreas de interesse.

8.4. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O curso de Serviços Penais não contempla Trabalho de Conclusão de Curso, pois este componente não é exigido pelo Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia.

8.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA GRADUAÇÃO (ACGS)

As atividades complementares são práticas acadêmicas obrigatórias de múltiplos formatos, com o objetivo de complementar a formação do aluno, ampliar o seu conhecimento teórico-prático com atividades extraclasse, fomentar a prática de

trabalho entre grupos e a interdisciplinaridade, estimular as atividades de caráter solidário e incentivar a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor dos alunos. Essas atividades poderão ser realizadas dentro ou fora da Instituição, desde que reconhecidas e aprovadas pela IES como úteis à formação do aluno. Essas práticas se distinguem das unidades curriculares que compõem o currículo pleno de cada curso.

O aluno de Serviços Penais deverá contabilizar 100 horas de atividades complementares. O modelo pedagógico Institucional prevê a categorização das atividades complementares, levando-se em consideração agrupamentos de ações similares que promovam a experiência a ser reconhecida, a título norteador, quais sejam: experiências de ensino e aprendizagem; experiências de pesquisa e produção científica; experiências culturais e desportivas; experiências administrativas e de representação estudantil; experiências de inovação tecnológica; experiências internacionais e experiências no mundo do trabalho.

As atividades complementares serão ofertadas de acordo com as diretrizes para esse curso, e algumas atividades serão oferecidas pela instituição para a formação complementar do aluno, com o objetivo de ampliar seu conhecimento teórico-prático, relacionadas ao desenvolvimento de determinadas competências aliadas ao currículo do curso.

8.6. EMENTÁRIO

BIBLIOGRAFIA - CORE CURRICULUM
ÉTICA E LÓGICA
Tipos e possibilidades do conhecimento; Produção de respostas a partir das dúvidas - do mito ao logos; Conhecimento e Ética; Noções de lógica matemática; Uso do raciocínio matemático na organização social; Quantificadores e conectivos; Implicações, negações e equivalências; Tabelas tautológicas; Modelos éticos e lógicos em uma perspectiva histórica; Contribuição da lógica para o debate ético e para a análise de problemas; Solução de problemas contemporâneos em situações complexas e em momentos de crise.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GALLO, Silvio. Ética e cidadania: caminhos da filosofia . Campinas: Papyrus, 2015. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2026/pdf/0 . Acesso em: 18 fev. 2022.

MARCELLINO, Nelson C. (org). **Introdução às ciências sociais**. Campinas, Papirus, 2013. *E-book*. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/4250/pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LA TEILLE, Yves de. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009. *E-book*. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536318707/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Introdução à filosofia**. São Paulo: São Paulo: Manole, 2003. *E-book*. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520448168>. Acesso em: 18 fev. 2022.

DAL SASSO, Loreno José. **Matemática: lições incompreendidas?**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009. *E-book*. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2931/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática: a questão da democracia**. Campinas: Papirus, 2015. *E-book*. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/31480/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ALVES, Eva Maria Siqueira Alves. **A ludicidade e o ensino da matemática: uma prática possível**. Campinas, SP: Papirus, 2020. *E-book*. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/181585/pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

RACHELS, James. **Os elementos da filosofia moral**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. *E-book*. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580552331/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CULTURA E ARTES

Conceitos de cultura e arte; Inter-relações entre sociedade, cultura e arte; Identidades culturais; Cultura e relações interpessoais; Cultura e arte sob a perspectiva da ideologia; Cultura, arte, política e direitos humanos; Cidadania cultural; Paradigma da diversidade cultural; Inclusão pela cultura e para a cultura; Cultura e arte no tempo histórico; Cultura e território; Dimensões sustentáveis da cultura; Culturas brasileiras; Cultura e arte sob a perspectiva das relações étnico-raciais; Expressões e manifestações culturais e artísticas; Indústria cultural; Ética e estética; Relações entre gosto e saber; Feio versus bonito; beleza; Radicalidade e transgressão; As linguagens da arte na realização cotidiana; O ser artístico e o ser artista; Criação, produção, circulação e fruição das artes; Arte e sustentabilidade; Inclusão pela arte; Cultura, arte e pensamento complexo; Cultura e arte na construção do ethos profissional; Vivências culturais; Vivências artísticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENJAMIN, Walter. **Estética e sociologia da arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. *E-book*. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582178614>. Acesso em: 18 fev. 2022.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521636670/recent>. Acesso em: 18 fev. 2022.

METCALF, Peter. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502629790>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Priscila Farfan. **Antropologia e cultura**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021853/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BUENO, Maria Lúcia. **Sociologias das artes visuais no Brasil**. São Paulo: Senac,

2017. E-book. Disponível em:

<https://www.bibliotecadigitalsenac.com.br/?from=busca%3FcontentInfo%3D1067%26term%3Darte&page=1§ion=0#/legacy/1067>. Acesso em: 18 fev. 2022.

DOTTORI, Maurício; DALDEGAN, Valentina. **Elementos de história das artes**. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/37464/epub>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVEIRA, Cristiane. **Arte e pensamento: uma introdução às teorias da arte no Ocidente**. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187016/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SULZBACH, Ândrea. **Artes integradas**. Curitiba: InterSaber, 2017. E-book.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54324/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE SOCIAL

Construção de uma visão macro de questões sociais, políticas, econômicas, culturais, e sua relação com o desenvolvimento humano e o equilíbrio ambiental. Tecnologia, inovação, educação ambiental, ética socioambiental, novas formas de consolidação dos direitos humanos, diversidade étnico racial, questões de gênero, processos de exclusão e inclusão social, pactos para o desenvolvimento sustentável. Criação de uma nova perspectiva destas relações e para a adoção de novas posturas individuais e coletivas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HADDAD, P. R. **Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável**.

1.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636798/pageid/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MANSOLDO, A. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integrar: como educar neste mundo em desequilíbrio?** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica,

2012. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565381505/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. E-book. Disponível:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/36950/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARGO, A. L, B. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. 1.ed. Campinas: Papyrus, 2020. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/181583/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

JUBILUT, L.I; REIS, F.C.F.; GARCEZ, G.S. **Direitos humanos e meio ambiente**: minorias ambientais. Barueri: Manole, 2017. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455753/pageid/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PHILIPPI JR., Alindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520445020/pageid/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, C. L. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502124950/pageid/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PRETTO, W. **Exclusão social e questões de gênero**. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/47625/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

INGLÊS INSTRUMENTAL E PENSAMENTO DIGITAL

Vivemos diversas revoluções simultâneas: Cognitiva, Científica, Industrial e Tecnológica. Nesse cenário, a língua inglesa se mostra como uma importante ferramenta de apoio e meio de acesso a esses múltiplos saberes que envolvem o pensamento digital. O Core Curriculum de Inglês Instrumental e Pensamento Digital abordará estratégias e técnicas de leitura e interpretação de textos em inglês para analisar e discutir sistemas digitais de informação e comunicação. Serão abordados temas como: Inteligência Artificial, Pensamento digital e Análise de Dados; Sociedade digital; A revolução tecnológica; Indústria 4.0; Internet das Coisas, com vistas ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita na língua inglesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAMIN, Marcia Costa (Org.). **Oficina de textos em Inglês**. São Paulo: Pearson, 2017. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184088>. Acesso em: 18 fev. 2022.

DE, A.C.N.; EVELYN, E.; BRUNO, E.S.G. **Vivendo esse mundo digital**: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Grupo A, 2013. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582710005>. Acesso em: 18 fev. 2022.

THOMPSON, Marco Aurélio da S. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Saraiva, 2016. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517834/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Giovana Teixeira. **Manual compacto de gramática da língua inglesa.** São Paulo: Rideel, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182197/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LOPES, Maria Cecília. **Dicionário da língua inglesa: inglês-português/português-inglês.** São Paulo: Rideel, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182066/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

DIENER, Patrick. **Inglês instrumental.** Curitiba: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184102>. Acesso em: 18 fev. 2022.

KOLBE JUNIOR, Armando. **Computação em nuvem.** Curitiba: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/184851/pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MARTHA, G. **Você, eu e os robôs: pequeno manual do mundo digital.** São Paulo: Atlas, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014785>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS

Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais: fundamentos, metodologias e tecnologias para comunicação. Diversidade dos gêneros textuais e literários. Concepções e estratégias de leitura e escrita. História dos direitos humanos; cidadania e democracia. Inclusão social e escolar; multiculturalismo, multiculturalidade, diversidades: étnico-racial, sexualidade e gênero. Políticas públicas de inclusão e suas bases legais específicas: PNE e BNCC. A argumentação nos textos orais e escritos. Libras como facilitador da inclusão. Libras: módulo básico, particularidades e práticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos.** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2187>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (org.). **Libras: aspectos fundamentais.** Curitiba: Intersaberes, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169745>. Acesso em: 18 fev. 2022.

OLIVEIRA, Mara de Oliveira; AUGUSTIN, Sérgio (org.). **Direitos humanos: emancipação e ruptura.** Caxias do Sul, RS: Educus, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5711>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROYO, Miguel G.; ABRAMOWICZ, Anete (Org.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos.** Campinas, SP: Papyrus, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2846>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. **Libras** Curitiba: InterSaberes, 2017. *E-book*. Disponível em : <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/129456/pdf/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6988>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ELIAS, Vanda Maria (Org.). **Ensino de língua portuguesa**: oralidade, escrita, leitura. São Paulo: Contexto, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3456>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MICHASZYN, Mario Sergio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/14889>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.) **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SAÚDE INTEGRAL E AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Concepções de saúde e de saúde integral: práticas integrativas e complementares, alimentação saudável, saúde do sono, saúde mental e atividade física. Relação entre doenças crônicas não transmissíveis e estilo de vida. Políticas de promoção à saúde. Determinantes sociais em saúde. Anatomia e fisiologia básica do sistema nervoso central e conexões com o comportamento humano e as emoções. Abordagem multissistêmica, fisiológica e o gerenciamento do estresse: Modelagem do comportamento humano. Mindfulness. Emoção, assinaturas emocionais, sentimentos e razão. Bem-estar e qualidade de vida: estratégias individuais e coletivas. Consciência e atenção plena: autoconsciência e competências autorregulatórias. Neurociência e neuropsicologia das emoções. Competências socioemocionais, relacionamentos interpessoais e comunicação não violenta. Transcendência humana: atitude mental positiva e fluida. Hierarquia e competências socioemocionais e suas relações com tomada de decisões. Consciência de sujeitos, profissionais e cidadãos. Responsabilidade social e ambiental. Direitos humanos, diversidade, igualdade e justiça social. Paz positiva e cultura de paz.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLOISE, P. **Saúde integral**: a medicina do corpo, da mente e o papel da espiritualidade. [s. l.]: Senac São Paulo, [s. d.]. ISBN 9788539617098. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat08914a&AN=senac.9788539617098&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CORREA, A. R. **Solidariedade e responsabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2009. ISBN 9788502142213. Disponível em:

<p>https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000001914&lang=pt-br&site=eds-live. Acesso em: 18 fev. 2022.</p>
<p>MARTINS, V. O emocional inteligente : como usar a razão para equilibrar a emoção. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. ISBN 9788576089360. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000020611&lang=pt-br&site=eds-live. Acesso em: 18 fev. 2022.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>BOBBIO, N. O terceiro ausente : ensaios e discursos sobre a paz e a guerra. Barueri: Manole, 2009. ISBN 9788598416663. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000008031&lang=pt-br&site=eds-live. Acesso em: 18 fev. 2022.</p>
<p>COSENZA, R. M. Neurociência e mindfulness : meditação, equilíbrio emocional e redução do estresse. Porto Alegre: ArtMed, 2021. ISBN 9786558820055. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000021508&lang=pt-br&site=eds-live. Acesso em: 18 fev. 2022.</p>
<p>GOMES, L. F. A. M. Princípios e métodos para tomada de decisão : enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 9788597018462. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000013623&lang=pt-br&site=eds-live. Acesso em: 18 fev. 2022.</p>
<p>NÍVEN, D. Os 100 segredos das pessoas felizes : descobertas simples e úteis dos estudos científicos sobre a felicidade. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. ISBN 9788550811864. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000020976&lang=pt-br&site=eds-live. Acesso em: 18 fev. 2022.</p>
<p>PELICIONI, M. C. F. Educação e promoção da saúde : teoria e prática. Rio de Janeiro: Santos, 2018. ISBN 9788527734233. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000013406&lang=pt-br&site=eds-live. Acesso em: 18 fev. 2022.</p>

<p>BIBLIOGRAFIA - SERVIÇOS PENAIS</p>
<p>Solução de conflitos e trabalho com grupos</p>
<p>Teoria dos conflitos: surgimento, importância, resolução, conflitos construtivos e destrutivos. Meios consensuais adequados de solução de conflitos (autotutela, autocomposição, heterocomposição, resolução de conflitos judicial e extrajudicial). Educação em Direitos Humanos: cultura de paz, comunicação não-violenta, negociação, conciliação, diversas espécies de mediação, arbitragem, círculos restaurativos. Educação para a terceira idade: conflitos entre gerações. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: conflitos discriminatórios e raciais. Conciliadores e mediadores judiciais (CPC). Lei 13.140/15 (Lei da Mediação). Desjudicialização: agenda 2030 da ONU; Meta 9 do CNJ; Resolução CNJ 125/2010; Resolução CNJ 225/2016. Justiça restaurativa. Compliance: prevenção de conflitos. Estudos dos processos grupais: teorias, métodos e condução grupal. Processos psicossociais e tendências</p>

metodológicas contemporâneas na elaboração do diagnóstico, planejamento e avaliação de intervenção com grupos.

Bibliografia Básica

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual dos MESC's: meios extrajudiciais de solução de conflitos. Barueri: Manole, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461457/>

SALLES, Carlos Alberto de. Negociação, mediação, conciliação e arbitragem. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640089/>

MINICCUCI, Agostinho. Dinâmica de grupo: teorias e sistemas. 5. ed. São Paulo: GEN, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522470167/>

Bibliografia Complementar

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. 6.ed. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530991463/>

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992330/>

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 5. ed. São Paulo: Ágora, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/194676/epub/>

MARTINELLI, Dante Pinheiro. Negociação e solução de conflitos. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025989/>

DI SALVO, Sílvia Helena Picarelli Gonçalves Johonsom. Mediação na administração pública brasileira: o desenho institucional e procedimental. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788584933518/>

Vida & Carreira

Identidade e autoconhecimento. Competências socioemocionais. Equilíbrio e dimensões da vida. Valores e talentos. Projeto de Vida e Carreira. Autogestão da carreira. Resolução de problemas. Responsabilidade Social Global. Ética. Cidadania. Diversidade Cultural. Tendências do mundo do trabalho. Auto avaliação. Metacognição. Projeto de Engajamento Social.

Bibliografia Básica

AMARAL, Felipe Bueno. Cultura e pós-modernidade. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186503/pdf/0>

KUAZAQUI, Edmir. Gestão de carreira. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122431/>.

CARVALHO JUNIOR, Moacir Ribeiro de. Gestão de projetos: da academia à sociedade. Curitiba: Interaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6189/epub/0>

Bibliografia Complementar
KUIAVA, Evaldo Antonio; BONFANTI, Janete. Ética, política e subjetividade. Caxias do Sul, RS: EducS, 2009. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3076/pdf/1
SILVA, Altair José da (Org.). Desenvolvimento pessoal e empregabilidade. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/128195/pdf/0 .
FRANÇA, Ana Shirley. Comunicação oral nas empresas: como falar bem e em público. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499113/cfi/4!/4/4@0.00:0.00 .
OLIVERIA, Mara de; AUGUSTIN, Sérgio. (Orgs.). Direitos humanos: emancipação e ruptura. Caxias do Sul: EducS, 2013. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5711/pdf/0
Gestão da segurança pública
Introdução aos fundamentos da gestão pública. Princípios da administração pública. Diferenciação entre administração pública e administração privada. Fundamentos gerenciais. Acompanhamento, avaliação e controle de resultados. Planejamento do setor público. Conceitos básicos: organização, ambientes, cenários, funções administrativas, racionalização, visão sistêmica, gestão estratégica e participativa, planejamento no setor público. Políticas de Educação Ambiental: Planos, programas e projetos, no setor público, relacionados à área de segurança pública. Controle interno e externo das instituições de segurança pública. Conceitos de circunscrição, região e área de abrangência de outras instituições. Planos de segurança pública (instâncias: federal, distrital e estadual). Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal. Fundamentos e princípios da gestão integrada e comunitária. Mecanismos do Estado que favorecem a implantação da gestão integrada e comunitária no âmbito da segurança pública. Policiamento orientado por problema. Formação policial ampla: compreensão das dinâmicas sociais, urbanas e ambientais. Estratégias que favoreçam a participação e mobilização da comunidade. Experiências de gestão integrada e comunitária na área de segurança pública internacional e nacional.
Bibliografia Básica
GIACOMELLI, Cinthia Louzarda Ferreira et al. Constituição e administração pública. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023499/81/
SOUZA, César Alberto. Polícia comunitária e gestão integrada. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52533/pdf/0
COSTIN, Claudia. Administração pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97885951522
Bibliografia Complementar

SOUZA, César Alberto; ALBUQUERQUE, Marinson Luiz. Segurança pública: histórico, realidade e desafios. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52011/>

KARPINSKI, Marcelo Trevisan. Arquitetura contra o crime: prevenção, segurança e sustentabilidade. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42566/>

SALINERO, André. Políticas públicas em segurança pública e defesa social. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/41653/>

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARTINS, Bruno Sena. O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade. SP: Autêntica, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174953/>

TAMMENHAIN, Antonio Carlos. Gestão de operações de segurança: estratégia e tática. 2. ed. Curitiba: Intersaberes. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/178167/pdf/0>

Política criminal e criminologia contemporânea

Ciência política e políticas públicas. Fundamentos do pensamento político moderno: estado e legitimação do poder político. Estado e sistema penal. Política pública: conceito e avaliação. Política pública e criminologia. Modelos e movimentos de política criminal. Aspectos conceituais da política criminal. Finalidades e funções da política criminal. Modelos e movimentos político-criminais: lei e ordem; minimalismo penal; abolicionismo penal. Processos de descriminalização. Políticas públicas e política-criminal. Política criminal repressiva e preventiva. Política criminal de drogas. Política criminal de drogas e segurança pública. O tratamento normativo das drogas no Brasil. Drogas e redução de danos. Drogas e seletividade do controle penal. Despenalização, descriminalização e regulamentação do uso de drogas. Experiências estrangeiras. Práticas restaurativas. Teorias da pena. Programas de reconciliação autor-vítima. Experiências no Brasil. Críticas e controvérsias. A crise da criminologia crítica. A falência do Estado de Bem-Estar Social. A superação das premissas teóricas da Criminologia Crítica. Novos paradigmas. As criminologias alternativas. A criminologia feminista e criminologia queer. A criminologia midiática. A criminologia cultural. A criminologia realista. Crítica às criminologias e estudos étnico-raciais nas ciências criminais. Criminologia latino-americana. Pensamento político-social latino-americano. Paradigma da libertação e pós-colonialismo. Panorama histórico da criminologia latino-americana. Algumas das principais aproximações teórico-criminológicas desde a margem. A crítica criminológica do processo penal latino-americano contemporâneo. Desafios atuais da criminologia latino-americana. Criminologia Contemporânea. Adolescentes em conflito com a lei. Aproximações teóricas sobre o tema da criminalidade juvenil: Delinquência juvenil e áreas urbanas (Shaw e McKay) Teorias subculturais - crime como conflito subcultural (Cohen; Whyte; Cloward e Ohlin). Teoria das técnicas de neutralização. Contexto social do adolescente em conflito com a lei. Judicialização e desjudicialização dos conflitos envolvendo adolescentes. Estudo de experiências concretas. Superencarceramento: causas e consequências.

Bibliografia Básica

FILOCRE, Lincoln. D. Direito policial moderno. Coimbra: Almedina, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933273/>

GAMBA, João Roberto Gorini. Teoria geral do estado e ciência política. São Paulo: GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021707/>

CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555596687/>

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Salo de. A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da lei nº 11.343/2006. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502638334/>

TOREES, Maldonado & GROSGOUEL, R. (2018). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. São Paulo: Grupo Autêntica, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788551303382/>

CARVALHO, Salo de (2020). Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555592122/>

MENDES, Soraia da R. Criminologia feminista: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221706/>

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen; AMARAL, Ricardo Jobim do. Criminologia e(m) crítica. Porto Alegre: ediPUCRS, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52832/>

Segurança, polícia e estado de direito

Estado de Direito: noção de Constituição; direitos individuais e coletivos; Poderes da República: composição, estrutura e funções. Defesa do Estado e das instituições democráticas: Forças armadas; Segurança pública. Educação em Direitos Humanos: Direitos humanos: teoria geral dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto n. 678/1992). Proteção internacional dos direitos humanos. Diretrizes Sobre o uso da força pelos agentes de Segurança Pública; Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos profissionais de Segurança Pública. Segurança pública: aspectos conceituais; fundamentos legais; histórico. História das polícias no mundo e no Brasil. Sistema de Segurança Pública no Brasil: ciclo completo de polícia; ciclo incompleto de polícia, o modelo brasileiro. Estudos da polícia. Conceitos fundamentais: polícia e ciência. Origens teóricas das ciências policiais. Ciências policiais na Escola Superior de Polícia. Construção das ciências policiais. Teoria Geral da Polícia: a ciência policial e o ente policial. Polícia: Estado e Poder. Cooperação Policial: novos rumos da paradiplomacia policial. Política de Segurança Pública no Brasil: Plano Nacional de Segurança Pública; Sistema Único de Segurança Pública; Militarização da Segurança Pública no Brasil; Unidades de Pacificação; Guerra às drogas como política de segurança pública. Segurança pública e controle social. Sistema carcerário brasileiro e política de encarceramento. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: seletividade penal: seleção policizante. Execução penal e administração

penitenciária. Sistema penal brasileiro. Educação em Políticas de Gênero: tratamento penitenciário e os direitos dos presos; nome social. Alternativas à privação da liberdade. Institutos penitenciários. Regimes penais. Processo de execução penal. Segurança privada. Histórico da segurança privada no Brasil e no mundo. Atuação em segurança privada: serviços e treinamento; vigilância patrimonial; segurança pessoal; transporte de valores; escolta armada; curso de formação de vigilantes e reciclagem. Legislação sobre segurança privada. Tecnologia e projetos em segurança privada.

Bibliografia Básica

FILOCRE, Lincoln D. Direito policial moderno. Coimbra: Almedina (Portugal), 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933273/>

PEREIRA, Eliomar da S. Introdução às ciências policiais: a polícia entre ciência e política. Coimbra: Almedina (Portugal), 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584930388/>

LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de [orgs.]. Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/1581/pdf/>

Bibliografia Complementar

GLINA, Nathan. Segurança pública: direito e dever. Coimbra: Almedina (Portugal), 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556270944/>

SOUZA, César Alberto; ALBUQUERQUE, Marinson Luiz. Segurança pública: histórico, realidade e desafios. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/52011>

FACHIN, Melina Girardi [org.]. Guia de proteção dos direitos humanos: sistemas internacionais e sistema constitucional. Curitiba: InterSaber, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168154>

KARPINSKI, Marcelo Trevisan. Arquitetura contra o crime: prevenção, segurança e sustentabilidade. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42566>

SALINERO, André. Políticas públicas em segurança pública e defesa social. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/41653/>

Teorias criminológicas

Introdução ao estudo da criminologia: discussões sobre o objeto de estudo da criminologia: algumas tentativas de definição de seu enfoque teórico; a criminologia como ciência zetética; o modelo integrado de ciências criminais: direito/processo penal, criminologia e política criminal; as funções da criminologia. Aspectos metodológicos: a natureza pluridisciplinar da criminologia; a infinitude de opções metodológicas; a vocação empírica da pesquisa criminológica. Evolução do pensamento criminológico: antecedentes históricos; o paradigma etiológico; a crise paradigmática e a complexidade do paradigma emergente. Teorias da criminalidade: teorias penais e teorias criminológicas; teorias penais: pena e retribuição da culpabilidade; pena e prevenção especial; pena e prevenção geral; teorias criminológicas: o método positivista e as teorias etiológicas da criminalidade (Taylor, Walton e Young); o método dialético e as teorias políticas da criminalização (Baratta).

Criminologia etiológica individual: escola clássica e positivismo criminológico; teorias genéticas: anomalias cromossômicas e personalidades psicopáticas (Eysenck); teorias instintuais: ecologia e agressividade instintiva (K. Lorenz); psicologia e relação frustração/agressão (Dollard; Mailloux); teorias psicanalíticas da criminalidade. Criminologia etiológica sócio-estrutural (ou positivismo sociológico): teoria da anomia: crime e anomia (Durkheim); crime como conflito de valores (Merton); teorias ecológicas da criminalidade: crime e luta por espaço (Park e Burgess); teorias de desorganização/organização social: crime como desequilíbrio, competitividade, cooperatividade (Schaw e Mackay); crime como organização/associação diferencial (Sutherland); teorias subculturais: crime como conflito sub-cultural (Cohen; Whyte; Cloward e Ohlin); teoria das técnicas de neutralização (Sykes e Matza). Teoria da reação social: teoria da reação social: o labeling approach e a construção social do crime (Becker; Goffman; Lemert; Schur). Criminologia crítica: a construção social da criminalidade: desigualdade social e criminalização seletiva (Albrecht; Baratta); criminologia crítica como Sociologia do Direito Penal: lei penal e proteção seletiva de bens jurídicos; justiça criminal e gestão diferencial da criminalidade. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: prisão e repressão seletiva de oprimidos sociais (Foucault; Baratta; Pavarini); política criminal alternativa: direito penal mínimo e abolicionismo penal (Baratta; Hulsmann). A teoria econômica da pena: Rusche e Kirchheimer; estudos correlacionais entre desemprego e encarceramento; perspectiva contemporânea. Metodologia em ciências criminais: epistemologia e construção do trabalho científico; paradigmas epistemológicos contemporâneos e métodos de pesquisa em ciências criminais; métodos científicos e abordagens metodológicas em ciências criminais; estratégias metodológicas; a natureza empírica da pesquisa criminológica; projeto de pesquisa: natureza, características, componentes e finalidades.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555596687/>

MAÍLLO, Alfonso Serrano; PRADO, Luiz Regis. Criminologia. 4. ed. São Paulo: GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987008/>

CASARA, Rubens R. Mitologia processual penal. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502626034/>

Bibliografia Complementar

BUSATO, Paulo César (Org.). Neurociência e direito penal. São Paulo: GEN, 2014. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522491414/>

VIGGIANI, Tatiana Bicudo. Por que punir? teoria geral da pena. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502616721/>

SÁ, Alvino Augusto de. Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230514/>

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual esquemático de criminologia. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615858/>

GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597219/>

O controle social e o direito penal

História do Direito Penal. A contribuição da sociologia para o Direito Penal. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: Criminologia e Direito Penal; políticas criminais. Princípios penais e constitucionais. Interpretação e integração da lei penal. Analogia. Normal penal. Classificação e espécie das infrações penais. Concurso aparente de normas. Aplicação da Lei Penal. Lei Penal no Tempo. Lei Penal no Espaço. Teoria Geral do Delito: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e punibilidade. Tipicidade: conduta, relação de causalidade, teoria da imputação objetiva, tipo penal doloso, tipo penal culposo. Consumação e tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Erro: Erro de tipo. Erro de proibição. Erro de tipo permissivo. Antijuridicidade. Culpabilidade. Medidas de segurança. Teorias da pena: sanção penal. Penas e seus critérios de aplicação. Origens e finalidades da pena. Espécies de penas: penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e penas de multa. Penas privativas de liberdade: reclusão e detenção; regras do regime fechado; regras do regime semiaberto; regras do regime aberto; regime especial; direitos do preso; superveniência de doença mental; detração penal. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Aplicação da pena: circunstâncias judiciais; concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes; cálculo da pena. Concurso de crimes: concurso material, concurso formal e crime continuado. Concurso de pessoas. Suspensão condicional da pena: conceito, natureza jurídica, requisitos, condições e revogação. Efeitos da condenação: efeitos genéricos e específicos. Reabilitação. Causas Extintivas de Punibilidade: prescrição e decadência. Execução penal: livramento condicional; progressão e regressão de regime Ação penal pública e ação penal privada. Crimes em espécie: dos crimes contra a pessoa. Crimes em espécie: dos crimes contra o patrimônio; dos crimes contra a propriedade imaterial; dos crimes contra a organização do trabalho. Crimes em espécie: dos crimes contra a dignidade sexual. Crimes em espécie: dos crimes contra a incolumidade pública; dos crimes contra a paz pública. Crimes em espécie: dos crimes contra a fé pública. Crimes em espécie: dos crimes contra a administração pública.

Bibliografia Básica

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. São Paulo: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990138/>

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590333/>

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617029>

Bibliografia Complementar

GRECO, Rogério. Direito penal estruturado. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993412/>

ESTEFAM, André. Direito penal contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597486/>

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro. 17. ed. São Paulo: GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530984113/>

VENERAL, Débora Cristina. Elementos do direito penal. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/179736/pdf/>

CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502618428/>

Direito processual penal

Direito processual penal: conceito, finalidade, fontes. Princípios constitucionais e processuais penais. Educação em direitos humanos: o direito processual penal e os direitos humanos. Sistemas processuais penais. Interpretação e integração da lei processual penal. Aplicação da lei processual penal. Inquérito Policial: procedimento; garantias do investigado; atribuições da autoridade policial; a intervenção do Ministério Público; Comissão Parlamentar de Inquérito; arquivamento. Ação penal: denúncia, queixa-crime e representação. Espécies de ação penal. Ação Civil ex delicto. Jurisdição e competência: pelo lugar da infração; pelo domicílio ou residência do réu; pela natureza da infração; por distribuição, conexão, continência; por prevenção e por prerrogativa de função. Imunidades: penais e processuais penais. Atos de comunicação processuais: comunicações, citações, intimações, despachos e decisões interlocutórias. Audiência de Instrução. Revelia. Questões e processos incidentes: questões prejudiciais; exceções; incompatibilidades e impedimentos; medidas assecuratórias; incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado; restituição das coisas apreendidas; perdimento de bens; alienação antecipada de bens. Sentença: tipos, estrutura, efeitos, fixação da pena. Direito probatório: teoria geral da prova; procedimento probatório; sistemas probatórios; provas em espécie; ônus probatório; valoração da prova; provas ilícitas. Cadeia de custódia. Sujeitos do processo penal: Juiz, Ministério Público, acusado, Defensor, assistentes e auxiliares da Justiça. A prisão e as suas espécies. Audiência de custódia. Medidas cautelares. Liberdade provisória. Processo e procedimentos. Tribunal do Júri. Procedimentos especiais. Procedimentos especiais na legislação extravagante: lei dos crimes hediondos; lei de tóxicos; lei de abuso de autoridade; crimes contra os direitos humanos; violência doméstica. A defesa e as garantias do réu: a resposta à acusação. Nulidades. Recursos. Ações autônomas de impugnação. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: políticas criminais; justiça penal negocial; transação penal; acordo de não persecução penal. Suspensão condicional do processo. Procedimentos de execução penal. Graça, anistia e indulto. Disposições gerais do Código de Processo Penal.

Bibliografia Básica

JUNIOR, Aury Celso.Lima. Direito processual penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590005/>

PACELLI, Eugênio. Curso de processo penal. 18. ed. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026962/>

AVENA, Norberto. Processo penal. 13. ed. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992767/>

Bibliografia Complementar

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal. 18. ed. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993627/>

MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594485/>

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 29. ed. São Paulo: GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770526/>

BONFIM, Edilson. M. Curso de processo penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610631/>

BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. Processo penal brasileiro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020403/>

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DISCENTE

A proposta de avaliação está organizada considerando o conceito de avaliação contínua, ou seja, avaliações e feedbacks mais frequentes, para que seja possível acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e intervir com mais assertividade. Além disso, as avaliações propostas têm diferentes objetivos, todos alinhados com as competências que os estudantes devem desenvolver neste nível de ensino. Desta forma, as avaliações estão planejadas da seguinte forma:

Avaliação 1 (A1) – Dissertativa | 30 pontos

Avalia a expressão da linguagem específica de determinada área. O aluno precisa saber se expressar, sobretudo, na área em que ele irá atuar – com os códigos, símbolos, linguajar e dialeto inerentes a determinada área do conhecimento, levando-se em conta a realidade profissional ali compreendida. Pretende-se, nessa etapa avaliativa, verificar a capacidade de síntese e de interpretação, analisando-se a capacidade do aluno de não apenas memorizar, mas expressar-se criativamente diante de situações semelhantes aos reais.

Avaliação 2 (A2) – Múltipla escolha | 30 pontos

Avalia a leitura, a interpretação, a análise e o estabelecimento de relações considerando, portanto, essas competências.

Avaliação 3 (A3) – Avaliação dos desempenhos | 40 pontos

Avalia a compreensão efetiva do aluno em relação à integração dos conhecimentos propostos na unidade curricular. Consistirá no desenvolvimento de um projeto em que demonstre, por meio de um produto que pode ser texto, artigo, vídeo, entre outros, a mobilização dos conteúdos para resolver uma situação problema do mundo contemporâneo. É analisada, especialmente, a capacidade e a tendência de usar o que se sabe para operar o mundo e, também, a criatividade na proposta de soluções.

Durante todo o processo da A3, também são desenvolvidas e avaliadas as *soft skills* – competências socioemocionais dos estudantes.

Ressalta-se que o *feedback* dos professores constituirá elemento imprescindível para construção do conhecimento, portanto, será essencial que o docente realize as devolutivas necessárias, ao longo do semestre letivo. Para a A1 e A2 a devolutiva deverá ocorrer, necessariamente, após a divulgação das notas e, no caso da A3, durante o processo.

Na unidade curricular presencial, estará aprovado – naquela unidade curricular – o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos e atingir, no mínimo, 75% de frequência nas aulas presenciais. Nas unidades curriculares digitais (UCD), estará aprovado o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos.

Para os alunos que não obtiveram a soma de 70 pontos será oferecida a Avaliação Integrada, conforme esclarecido a seguir, com o valor de 30 pontos.

O aluno que tenha obtido nota final inferior a 70 pontos e, no mínimo 75% de presença nas aulas da unidade curricular presencial, poderá realizar avaliação integrada (AI) no início do semestre seguinte, que valerá de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.

9.1. AVALIAÇÃO INTEGRADA

A avaliação integrada consiste em uma prova, a ser realizada em data prevista no calendário acadêmico, abrangendo o conteúdo integral da unidade curricular e substituirá, entre A1 e A2, a menor nota. Após o lançamento da nota da avaliação integrada (AI), o aluno que obtiver 70 pontos, como resultado da soma das avaliações (A1, A2 e A3), será considerado aprovado. O aluno que, porventura, vier a ser reprovado na unidade curricular, deverá refazê-la, na modalidade presencial ou digital, respeitada a oferta. A reprovação em componente curricular não interromperá a progressão do aluno no curso.

9.2. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR VIDA & CARREIRA

O componente curricular Vida & Carreira será avaliado por meio de atribuição de conceito e, por presença, quando o componente for presencial. O aluno que cursa o Vida & Carreira presencial será aprovado quando comparecer ao menos em 75% das aulas presenciais e receber o conceito aprovado (A), resultante da avaliação das atividades propostas ao longo do semestre. O aluno que cursar o Vida & Carreira digital será aprovado se obtiver o conceito aprovado (A), resultante da avaliação das atividades propostas ao longo do semestre.

9.3. CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

Nas atividades complementares e nas atividades de extensão o aluno que comprovar, durante a integralização, o cumprimento integral da carga horária definida na matriz curricular, observado no Projeto Pedagógico do Curso, obterá o conceito “cumpriu”.

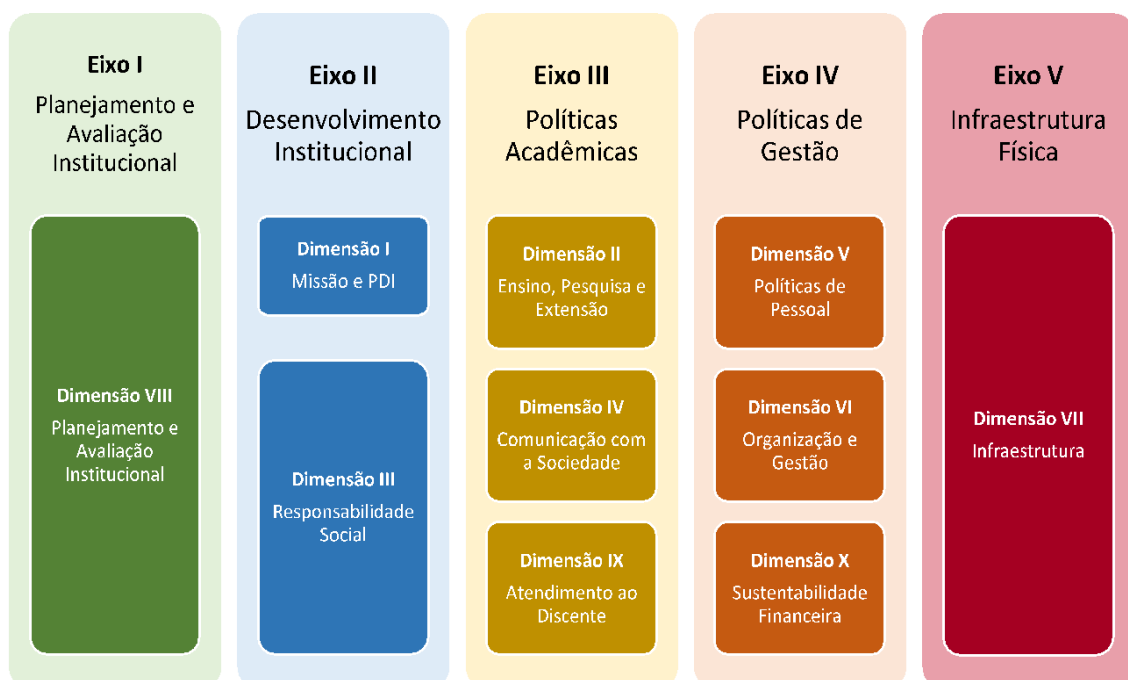
10. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DO CURSO

Em atendimento as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e às Orientações da Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior (CONAES), a instituição conta uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua junto aos setores da Instituição promovendo medidas de avaliação interna e de acompanhamento e análise das avaliações externas.

O processo de avaliação institucional compreenderá dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, ou seja, na autoavaliação, a instituição reunirá percepções e indicadores sobre si mesma, para então construir um plano de ação que defina os aspectos que poderão ser melhorados a fim de aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais, e/ou o aumento de sua eficiência organizacional.

Essa autoavaliação, realizada em todos os cursos da IES, a cada semestre, de forma quantitativa e qualitativa, atenderá à Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nº 10.8601, de 14 de abril de 2004. A legislação irá prever a avaliação de dez dimensões, agrupadas em 5 eixos, conforme ilustra a figura a seguir.

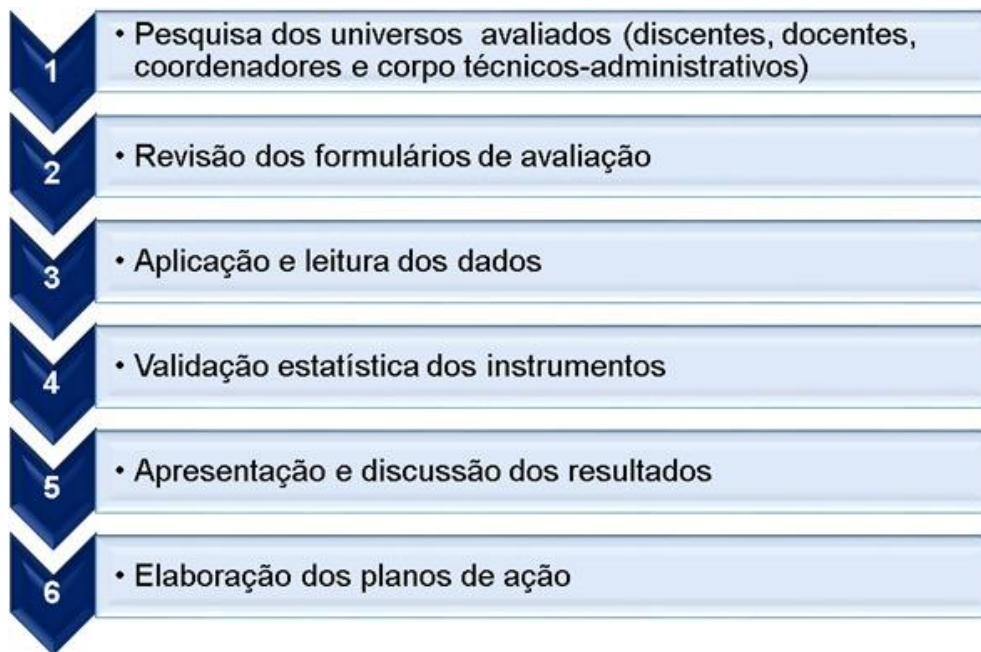
Figura 2 – Eixos e dimensões do SINAES



Fonte: SINAES / elaborado pela CPA.

O processo de autoavaliação da IES será composto por seis etapas que, de forma encadeada, promoverão o contínuo pensar sobre a qualidade da instituição.

Figura 3 – Etapas do processo avaliativo



Fonte: elaborado pela CPA.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos com a participação efetiva da comunidade acadêmica, em data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolve, primeiramente, os diretores e coordenadores de cursos, em seguida os docentes e funcionários técnico-administrativos e, por fim, a comunidade discente. A versão dos modelos específicos é amplamente divulgada e apresentada aos respectivos coordenadores para deliberação.

As iniciativas descritas compõem recursos de avaliação interna. Contudo, destaque deve ser feito para a avaliação externa, que consideram: Avaliação do curso por comissões de verificação in loco designadas pelo INEP/MEC; Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE); Conceito Preliminar do Curso (CPC) que é gerado a partir da nota do ENADE combinado com outros insumos, como o delta de conhecimento agregado ao estudante (IDD), corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica

O ENADE fornece informações que podem auxiliar a IES e o curso na análise do perfil de seus estudantes e, conseqüentemente, da própria instituição e o curso. Após a

divulgação dos resultados do ENADE, realiza-se uma análise do relatório de avaliação do curso, a fim de verificar se todas as competências abordadas no Exame estão sendo contempladas pelos componentes curriculares do curso. Após a análise, elabora-se um relatório com as ações previstas para a melhoria do desempenho do curso. Ao integrar os resultados do ENADE aos da autoavaliação, a IES inicia um processo de reflexão sobre seus compromissos e práticas, a fim de desenvolver uma gestão institucional preocupada com a formação de profissionais competentes tecnicamente e, ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade.

Dessa forma, a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação e os resultados das avaliações externas, por meio de estudos e planos de ação que embasam as decisões institucionais com foco no aprimoramento contínuo.

11. DOCENTES

O corpo docente do curso é composto por educadores com sólida formação acadêmica e relevante qualificação profissional, além da experiência na docência superior (presencial e a distância), aptos a atuarem nos diversos ambientes de aprendizagem utilizados pelo curso. Em sua maioria, são docentes com título de mestre ou doutor, oriundos de reconhecidos programas de pós-graduação stricto sensu.

Os educadores são selecionados de acordo com as Unidades Curriculares a serem ofertadas, considerando as demandas formativas do curso, os objetivos de aprendizagem esperados e o fomento ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes.

Os docentes do curso que conduzem os encontros presenciais e a tutoria das atividades realizadas no AVA. Para isso, são incentivados e orientados a participarem da capacitação docente, visando ao constante aperfeiçoamento na sua atuação como profissionais, assim como na preparação de atividades, objetivando a verticalização dos conhecimentos nas diversas áreas de atuação do profissional a ser formado. Os docentes do curso participam também de programas e projetos de extensão mediante editais internos e externos.

Todos os educadores/tutores que atuam nas unidades curriculares do curso possuem ampla experiência na docência do ensino superior. Para o atendimento relativo às demandas do ambiente virtual de aprendizagem, a IES conta com professores do seu corpo docente já capacitados a realizar tal demanda. São professores que recebem semestralmente orientação e capacitação da equipe de Gestão Docente da IES para atuar e conduzir com excelência o ensino híbrido, identificar possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos e propor estratégias para saná-las.

12. INFRAESTRUTURA

A Instituição possui uma infraestrutura moderna, que combina tecnologia, conforto e funcionalidade para atender as necessidades dos seus estudantes e educadores. Os múltiplos espaços possibilitam a realização de diversos formatos de atividades e eventos como atividades extensionistas, seminários, congressos, cursos, reuniões, palestras, entre outros.

Todos os espaços da Instituição contam com cobertura *wi-fi*. As dependências estão dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade n. 13.146/2015, e o acesso às salas de aula e a circulação pelo *campus* são sinalizados por pisos táteis e orientação em braile. Contamos, também, rampas ou elevadores em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

12.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

Os espaços físicos utilizados pelo curso serão constituídos por infraestrutura adequada que atenderá às necessidades exigidas pelas normas institucionais, pelas diretrizes do curso e pelos órgãos oficiais de fiscalização pública.

12.1.1. Salas de aula

As salas de aula do curso estarão equipadas segundo a finalidade e atenderão plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade necessários à atividade proposta. As salas possuirão computador com projetor multimídia e, sempre que necessário, os espaços contarão com manutenção periódica.

Ademais, serão acessíveis, não somente em relação à questão arquitetônica, mas também, quando necessário, a outros âmbitos da acessibilidade, como o instrumental, por exemplo, que se materializará na existência de recursos necessários à plena participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Outro recurso importante será a presença do intérprete de Libras na sala de aula caso também seja necessário e solicitado. A presença do intérprete contribuirá para superar

a barreira linguística e, conseqüentemente, as dificuldades dos estudantes surdos no processo de aprendizagem.

12.1.2. Instalações administrativas

As instalações administrativas serão adequadas para os usuários e para as atividades exercidas, com o material indicado para cada função. Além disso, irão possuir iluminação e ventilação artificial e natural. Todos os mobiliários serão adequados para as atividades, e as salas serão limpas diariamente, além de dispor de lixeiras em seu interior e nos corredores.

12.2. INSTALAÇÕES PARA OS DOCENTES

12.2.1. Sala dos professores

A instituição terá à disposição dos docentes uma sala coletiva, equipada com recursos de informática e comunicação. O espaço contará com iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e limpeza apropriados ao número de professores, além de espaço destinado para guardar materiais e equipamentos didáticos. O local será dimensionado de modo a considerar tanto o descanso, quanto a integração dos educadores.

12.2.2. Espaço para professores em tempo integral

O curso irá oferecer gabinete de trabalho plenamente adequado e equipado para os professores de tempo integral, atendendo de forma excelente aos aspectos de disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade apropriados para a realização dos trabalhos acadêmicos.

Com relação aos equipamentos e aos recursos de informática, a facilitação do acesso por parte de professores com deficiência ou mobilidade reduzida poderá se dar por meio da adequação dos programas e da adaptação dos equipamentos para as necessidades advindas da situação de deficiência (deficiências físicas, auditivas, visuais e cognitivas) a partir do uso de *softwares* especiais, ponteiras, adaptações em

teclados e mouses, etc. A tecnologia assistiva adequada será aquela que irá considerar as necessidades advindas da especificidade de cada pessoa e contexto e favorecerá a autonomia na execução das atividades inerentes à docência.

12.2.3. Instalações para a coordenação do curso

A coordenação do curso irá dispor de gabinete de trabalho que atenderá plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade proposta, além de equipamentos adequados, conforme poderá ser visto na visita *in loco*. A coordenação do curso contará com uma equipe de apoio, uma central de atendimento ao aluno a fim de auxiliar e orientar os discentes em questões financeiras e em relação à secretaria, a estágio e à ouvidoria.

12.3. LABORATÓRIOS DO CURSO

12.3.1. Laboratórios de informática

A instituição providenciará recursos de informática aos seus discentes (recursos de *hardware* e *software*), a serem implantados de acordo com as necessidades do curso. Serão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias. Os alunos terão acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores e uso de diferentes *softwares* e internet.

Os laboratórios de informática irão auxiliar tecnicamente no apoio às atividades de ensino e pesquisa, da administração e da prestação de serviços à comunidade. Os laboratórios de informática, a serem amplamente utilizados pelos docentes e discentes, irão garantir as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo, também, o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados. O espaço irá dispor de equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que poderão contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI),

nos horários de aulas e em momentos extraclasse, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

Existirão serviços de manutenção preventiva e corretiva na área de informática. O mecanismo *helpdesk* permitirá pronto atendimento pelos técnicos da própria IES, que também irá firmar contratos com empresas de manutenção técnica. A instituição irá dispor de plano de expansão, proporcional ao crescimento anual do corpo social. Será atribuição da área de TI a definição das características necessárias para os equipamentos, servidores da rede de computadores, base de dados, telecomunicações, internet e intranet.

12.4. BIBLIOTECA

A biblioteca é gerenciada em suas rotinas pelo *software* Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em seu acervo, constam não apenas livros da bibliografia básica das UCs ofertadas, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, *e-books*, enciclopédias, periódicos, jornais e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo *on-line* para consulta (autor, título, assunto e booleana), reserva e renovação.

A composição do acervo está diretamente relacionada aos novos meios de publicação de materiais bibliográficos, constituindo uma variedade de recursos que atende às indicações bibliográficas dos cursos e da comunidade em geral.

A instituição mantém assinaturas das bases de dados multidisciplinares da EBSCO e Vlex, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Bases de Dados disponíveis

Bases de Dados	Conteúdo
Vlex	Revistas especializadas e atualizadas, coleções de doutrinas essenciais, legislação comentada e pareceres da área jurídica.
Academic Search Premier	Ciências biológicas, sociais, humanas e aplicadas; educação, engenharias, idiomas e linguística, arte e literatura; tecnologia da

	informação, negócios, medicina, direito, arquitetura, design, comunicação.
Dentistry & Oral Sciences Source	Odontologia geral e estética, anestesia dental, saúde pública, ortodontia, odontologia forense, odontologia geriátrica e pediátrica, cirurgia.
Business Source Premier	Negócios, incluindo contabilidade e impostos, finanças e seguros, marketing e vendas, ciências da computação, economia, recursos humanos, indústria e manufatura, direito, psicologia para negócios, administração pública, transporte e distribuição.
SPORTDiscus With Full Text	Medicina esportiva, fisiologia do esporte e psicologia do esporte à educação física e recreação.
World Politics Review	Análise das tendências globais.
Nutrition Reference Center	Conteúdo sobre nutrição, desde dietas específicas a condições até habilidades e práticas dietéticas, elaboradas por uma equipe de nutricionistas e nutricionistas de classe mundial.
MEDLINE Complete	Revistas biomédicas e de saúde.
Fonte Acadêmica	Agricultura, ciências biológicas, ciências econômicas, história, direito, literatura, medicina, filosofia, psicologia, administração pública, religião e sociologia
Engineering Source	Engenharia Civil, Elétrica, Computação, Mecânica, entre outras.
Regional Business News	Esta base de dados fornece cobertura abrangente de texto completo de publicações regionais da área de negócios. O Regional Business News incorpora mais de 80 publicações de negócios regionais cobrindo todas as áreas urbanas e rurais nos EUA.
Ageline	O AgeLine é a fonte premier da literatura de gerontologia social e inclui conteúdo relacionado a envelhecimento das ciências biológicas, psicologia, sociologia, assistência social, economia e políticas públicas.
Legal Collection	Essa base de dados contém o texto completo de mais de 250 das mais respeitadas revistas acadêmicas de direito do mundo. O Legal Collection é uma fonte reconhecida de informações sobre atualidades, estudos atuais, pensamentos e tendências do mundo jurídico.

O acesso ao acervo é aberto ao público interno da IES e à comunidade externa. Além disso, é destinado espaço específico para leitura, estudo individual e em grupos. O empréstimo é facultado a alunos, professores e colaboradores administrativos e poderá ser prorrogado desde que a obra não esteja reservada ou em atraso.

Além do acervo físico, a IES oferece também a toda comunidade acadêmica o acesso a milhares de títulos em todas as áreas do conhecimento por meio de cinco plataformas digitais. A Biblioteca Virtual Pearson, a Minha Biblioteca, Biblioteca Digital Senac e Biblioteca Digital ProView, que irão contribuir para o aprimoramento e aprendizado do aluno. Elas possuem diversos recursos interativos e dinâmicos que contribuirão para a disponibilização e o acesso a informação de forma prática, acessível e eficaz. A plataforma da Biblioteca Virtual Pearson é disponibilizada pela editora Pearson e seus selos editoriais. O aluno terá à sua disponibilidade o acesso a

aproximadamente 10.000 títulos. Na plataforma Minha Biblioteca, uma parceria dos Grupos A e Gen e seus selos editoriais. Com estas editoras o aluno terá acesso a aproximadamente 11.000 títulos, além de poder interagir em grupo e propor discussões no ambiente virtual da plataforma. Na plataforma Biblioteca Digital Senac nossa comunidade acadêmica terá acesso a aproximadamente 1200 títulos publicados pela Editora Senac São Paulo. Na plataforma Biblioteca Digital ProView são disponibilizados aproximadamente 1.200 títulos específicos para a área jurídica. É disponibilizado ainda, o acesso a plataforma de Coleção da ABNT, serviço de gerenciamento que proporciona a visualização das Normas Técnicas Brasileiras (NBR). As plataformas estarão disponíveis gratuitamente com acesso ilimitado para todos alunos e professores. O acesso será disponibilizado pelo sistema Ulife.

As bibliotecas virtuais têm como missão disponibilizar ao aluno mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência com um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas. A IES, dessa forma, estará comprometida com a formação e o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e consciente.